

# FINLÂNDIA

## REPÚBLICA DA FINLÂNDIA

Chefe de Estado:	<b>Tarja Halonen</b>
Chefe de Governo:	<b>Jyrki Katainen</b> , (substituiu Mari Kiviniemi em junho)
Penas de morte:	<b>abolicionista para todos os crimes</b>
População:	<b>5,4 milhões</b>
Esperança média de vida:	<b>80 anos</b>
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	<b>3,2 por 1000</b>

Vieram a público novas informações sobre o possível envolvimento da Finlândia nos programas de rendições e detenções secretas dos EUA. Requerentes de asilo abrangidos por procedimentos acelerados de determinação de asilo foram sujeitos a tratamento injusto, e muitos foram detidos em locais sem condições. Os serviços disponibilizados a mulheres e raparigas vítimas de violência continuaram a ser desadequados.

### Refugiados, migrantes e requerentes de asilo

Os procedimentos acelerados de determinação de asilo ao abrigo da Lei de Estrangeiros continuaram a não proteger adequadamente os requerentes de asilo, incluindo ao não preverem o direito de recurso com efeitos suspensivos.

Em janeiro, a Finlândia suspendeu as transferências de requerentes de asilo para a Grécia ao abrigo do Regulamento Dublin II, na sequência de uma decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que considerou que a Grécia não tinha um sistema eficaz de asilo (ver entrada da Grécia).

Contudo, as deportações forçadas para Bagdade, no Iraque, foram retomadas apesar do risco real de perseguição ou outras formas de maus-tratos que os visados enfrentavam após o regresso. As autoridades finlandesas não forneceram estatísticas abrangentes e fiáveis sobre os números de migrantes irregulares e requerentes de asilo detidos durante o ano. No entanto, houve preocupação de que muitos dos detidos estivessem em instalações de detenção da polícia, contrariamente aos padrões internacionais. Nestes casos, muitos foram detidos em instalações mistas, juntamente com suspeitos de crimes. Requerentes de asilo menores, incluindo crianças desacompanhadas, foram igualmente detidos.

Em junho, o Comité contra a Tortura da ONU manifestou a sua preocupação relativamente a partes relevantes da Lei de Estrangeiros que autorizavam a detenção preventiva se um cidadão estrangeiro fosse suspeito de cometer um crime.

### Violência contra mulheres e raparigas

Os serviços para vítimas de violência continuaram a ser desadequados. Isto devia-se, em parte, à continuada inexistência de legislação que obrigasse os municípios a providenciar apoio às

vítimas. Como resultado, com apenas dois centros a darem apoio às vítimas de violação e a inexistência de centros de autoajuda, o Estado não conseguia dar resposta às necessidades das vítimas de todo o país.

Adicionalmente, porque os abrigos para vítimas de violência doméstica eram financiados pelos serviços de proteção de menores, acolhiam, principalmente, mulheres com filhos, e não aceitavam mulheres com problemas mentais. Esta situação deixava muitas pessoas vulneráveis em risco de violência adicional.

Foram manifestadas preocupações relativamente à adequação do orçamento de 14 milhões de euros proposto para o Plano Nacional de Ação para prevenir a violência contra as mulheres, acordado em 2010. As organizações da sociedade civil alegaram que esta verba seria insuficiente para garantir a implementação plena e eficaz do Plano.

### **Combater o terrorismo e segurança**

Vieram a público novas informações sobre vários aviões ligados aos programas de rendições e detenções secretas dos EUA que aterraram na Finlândia entre 2001 e 2006. Um avião foi fotografado no aeroporto de Helsínquia-Vantaa a 20 de setembro de 2004, no mesmo dia em que terá aterrado na Lituânia. O governo lituano reconheceu que dois centros de detenção secretos da CIA foram instalados no país entre 2002 e 2004. A Finlândia tinha anteriormente sido relacionada com três voos de rendição e "falsos planos de voo".

### **Justiça internacional**

Em setembro, teve início no Tribunal de Recurso de Helsínquia o recurso do caso de François Bazaramba, que tinha sido condenado por crimes de genocídio no Ruanda em 1994. Algumas das audiências decorreram no Ruanda e na Tanzânia para facilitar o depoimento de testemunhas e para permitir aos juízes visitar os locais relevantes para o caso.

### **Prisioneiros de consciência**

Os objetores de consciência ao serviço militar continuaram a ser detidos por recusarem cumprir o serviço militar alternativo, que continuou a ser punitivo e discriminatório na sua duração. A duração do serviço cívico alternativo continuou a ser de 362 dias, mais do dobro do período mais curto de serviço militar, que era de 180 dias.

### **Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional**

📄 Finland: Further investigation into USA rendition flights needed (EUR 20/001/2011)